

“Botina e batom: mulheres que fazem o agro andar”: O protagonismo das mulheres rurais em contextos de desigualdade e inovação no campo

Tarciana Oliveira da Silva Aroeira

Doutoranda em Administração

Instituição: FUCAPE Business School

E-mail: profatarciana@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga as estratégias de resistência e reposicionamento identitário adotadas por mulheres para garantir sua permanência e liderança no setor rural, um espaço historicamente marcado por estruturas patriarcais e desigualdades de gênero. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas em profundidade, o estudo identifica como essas mulheres enfrentam barreiras simbólicas e estruturais — como o descrédito técnico, a deslegitimação da autoridade e o assédio — e constroem formas próprias de liderança. A análise dos dados revela um repertório sofisticado de práticas cotidianas, incluindo posicionamento assertivo, camuflagem identitária, reconfiguração da imagem feminina, protagonismo na gestão e formação de redes de apoio. Tais estratégias dialogam com os aportes teóricos de Joan Acker, Judith Butler, Erving Goffman e Gianpiero Petriglieri, evidenciando que a resistência feminina não se limita à contestação, mas se manifesta como ação performativa, relacional e transformadora. O estudo contribui para a compreensão dos mecanismos sociais que sustentam o “teto de vidro” no campo e aponta caminhos para a promoção da equidade de gênero no agronegócio. Conclui-se que essas lideranças femininas, ao transformarem suas identidades e práticas de gestão, reconfiguram também as dinâmicas de poder no meio rural, promovendo inovação, inclusão e reconhecimento simbólico.

Palavras-chave: Mulheres no Agro. Desigualdade de Gênero. Liderança Feminina.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo explora os papéis multifacetados das mulheres rurais, examinando como sua agência é moldada por forças interseccionais de desigualdade e o potencial de inovação em cenários agrícolas e socioeconômicos. Apesar de suas contribuições cruciais para a segurança alimentar, a erradicação da pobreza e o bem-estar familiar, as mulheres rurais frequentemente enfrentam desafios significativos decorrentes de estereótipos de gênero e discriminação sistêmica que impedem o acesso equitativo a oportunidades, recursos, bens e serviços (Mohapatra et al., 2020). Esta análise se aprofundará em como essas disparidades se manifestam, particularmente no acesso à terra e ao apoio financeiro, destacando simultaneamente as estratégias inovadoras que as mulheres rurais empregam para superar esses obstáculos e promover o desenvolvimento em suas comunidades (Masuku et al., 2023). Esses desafios frequentemente incluem a falta de oportunidades estáveis de emprego, rendas variáveis vinculadas à agricultura e pecuária, baixo nível educacional e exclusão dos processos de tomada de decisão (Vallejo & Kerchis, 2019). Seus papéis muitas vezes permanecem não reconhecidos devido a normas culturais que privilegiam as contribuições masculinas, obscurecendo o envolvimento vital das mulheres nos sistemas agrícolas e nos

processos de tomada de decisão (Farnworth et al., 2020). A marginalização persistente das mulheres rurais é ainda mais exacerbada por seu acesso limitado aos recursos agrícolas e pelo impacto desproporcional que exercem em papéis de gênero na acessibilidade e gestão da água (Ali et al., 2019) (Kevany & Huisingh, 2013).

A presença feminina no setor rural brasileiro, embora crescente, ainda é marcada por significativas barreiras simbólicas e estruturais que limitam o reconhecimento e a ascensão das mulheres a posições de liderança. Neste contexto, emerge o problema de pesquisa que orienta o presente estudo: **quais estratégias de resistência e reposicionamento identitário são adotadas por mulheres para garantir sua permanência e liderança no setor rural?** Diante dessa questão, o objetivo geral consiste em **investigar tais estratégias à luz dos contextos de exclusão, desigualdade e estigmatização de gênero**, que permeiam as trajetórias dessas mulheres. Para tanto, os objetivos específicos propõem: **(i)** mapear os principais contextos de desigualdade enfrentados por mulheres rurais, especialmente no que tange às barreiras à permanência e à liderança; **(ii)** analisar as práticas cotidianas de resistência que visam à legitimação de suas competências e autoridade em espaços masculinizados; **(iii)** investigar os processos de reposicionamento identitário, observando como práticas de camuflagem, adaptação e ressignificação são mobilizadas na construção de novos papéis sociais e de gênero; e **(iv)** compreender como essas estratégias contribuem para a consolidação de estilos próprios de liderança feminina, capazes de promover inovação, inclusão e reconfiguração das dinâmicas de poder no campo.

O agronegócio é um dos setores mais relevantes da economia brasileira, mas ainda reproduz desigualdades históricas no que se refere à presença e reconhecimento das mulheres em posições de liderança. Apesar dos avanços na inserção feminina no meio rural, a permanência e ascensão dessas mulheres continuam atravessadas por barreiras simbólicas e estruturais que dificultam sua atuação plena nos espaços de decisão. Nesse contexto, investigar as **estratégias de resistência e reposicionamento identitário** adotadas por mulheres no setor rural revela-se essencial para compreender como elas têm transformado os modos de liderar, resistir e inovar em ambientes tradicionalmente masculinos. A relevância social da pesquisa está na valorização das experiências femininas e na visibilização de suas contribuições para a sustentabilidade e a equidade no campo. Do ponto de vista acadêmico, o estudo amplia o debate sobre gênero e poder, incorporando perspectivas interseccionais e latino-americanas sobre liderança e resistência. Já em termos práticos, os resultados podem subsidiar políticas públicas, programas de capacitação e ações institucionais mais sensíveis às dinâmicas de gênero no espaço rural, contribuindo para um agronegócio mais inclusivo, inovador e justo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta revisão da literatura sintetiza pesquisas existentes sobre as contribuições socioeconômicas das

mulheres rurais, analisando criticamente os arcabouços teóricos que explicam sua participação limitada em setores econômicos formais e sua resiliência diante da marginalização sistêmica.

Um tema recorrente em diversos estudos indica que as mulheres rurais, especialmente em países em desenvolvimento, enfrentam discriminação acentuada em relação ao emprego, acesso a recursos sociais e produtivos, educação, estado de saúde e tomada de decisões familiares (Aderinto, 2001). Essa desvantagem sistemática restringe significativamente sua autonomia e potencial de empoderamento econômico, frequentemente aprisionando-as em ciclos de pobreza (Singh, 2021). Isso é ainda agravado por sua maior vulnerabilidade à insegurança alimentar crônica e ao impacto desproporcional da degradação ambiental em seus meios de subsistência, particularmente em regiões dependentes de recursos naturais (Njuki et al., 2022) (Saeed et al., 2021). Essas limitações estruturais estão profundamente enraizadas em práticas patriarcais prevalentes em muitas sociedades, que restringem o acesso das mulheres à propriedade da terra, ao controle sobre cadeias de valor alimentar mais amplas e à participação em atividades de mercado (Synnestvedt et al., 2025). Tais restrições não apenas diminuem sua produtividade, mas também impedem o desenvolvimento geral dos setores agrícolas e das economias rurais (Ashagidigbi et al., 2022). A divisão de trabalho por gênero, frequentemente relegando as mulheres a atividades agrícolas não remuneradas ou de baixa remuneração, perpetua sua invisibilidade econômica e limita sua capacidade de acumular capital ou obter independência financeira (Sethi, 1992) (Dhingra & Sharma, 2021). Além disso, o design de ferramentas agrícolas, principalmente para agricultores do sexo masculino, muitas vezes deixa as mulheres rurais dependentes de métodos tradicionais e menos eficientes, levando à redução da produtividade, ao aumento da carga física e à redução da renda (Majumder & Shah, 2017).

Essa disparidade no acesso a recursos essenciais, como crédito, informação e serviços agrícolas, limita significativamente sua autonomia tanto dentro de suas famílias quanto em suas comunidades (Huyer et al., 2024). Apesar de seu profundo envolvimento em setores como água, agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, as mulheres frequentemente enfrentam exclusão sistemática da distribuição equitativa dos benefícios derivados dos recursos naturais (Upadhyay, 2005). Além disso, as normas e crenças socioculturais predominantes frequentemente desfavorecem as mulheres, agravando seus desafios ao limitar sua propriedade de recursos econômicos como terra, mão de obra e capital (Ngong et al., 2025). Essa desvantagem sistêmica contribui para que as agricultoras sejam de 20% a 30% menos produtivas do que seus colegas homens, principalmente devido ao acesso insuficiente à informação e ao conhecimento (Kamala et al., 2019). Além disso, as mulheres frequentemente não são reconhecidas como agricultoras, apesar de suas contribuições significativas, o que leva à falta de transferência de conhecimento e ao declínio do engajamento agrícola entre a geração feminina mais jovem, embora essa tendência tenha sofrido alguma reversão devido a eventos globais recentes (Jarial & Sachan, 2021). No entanto, políticas ativas que apoiem explicitamente o acesso e a participação das mulheres, em vez de apenas o acesso geral, são cruciais para

eliminar essas persistentes disparidades de gênero e obter ganhos substanciais na produtividade da terra e na produção agrícola geral (Croppenstedt et al., 2013). Contudo, as agricultoras geralmente apresentam menor produção por unidade de terra e são menos propensas a se envolver na agricultura comercial do que seus colegas homens, uma disparidade amplamente atribuída às diferenças de gênero no acesso a insumos, recursos e serviços cruciais (Croppenstedt et al., 2013). Enquanto isso, comunidades desfavorecidas frequentemente destinam uma parcela substancial de sua renda mensal, aproximadamente 62,76%, para o sustento, com as mulheres desproporcionalmente representadas na força de trabalho agrícola informal (Abidin & Prasetyani, 2021). Isso frequentemente resulta em mulheres recebendo de 10% a 20% menos em salários pelo mesmo trabalho que os homens, aprofundando ainda mais sua vulnerabilidade econômica (Weerakoon & Motebennur, 2017). Isso é ainda mais complicado pelas normas sociais que frequentemente obrigam as mulheres a realizar tarefas demoradas, como coleta de água e lenha, muitas vezes em condições perigosas, aumentando assim sua exposição a vulnerabilidades relacionadas ao clima (Singer, 2018). Essa disparidade de produtividade é ainda evidenciada por um diferencial de gênero de 23,4% na produtividade agrícola, favorecendo os gestores de terras do sexo masculino, com uma parcela significativa atribuível ao acesso desigual aos recursos e aos retornos variáveis aos insumos produtivos (Aguilar et al., 2015).

Essa disparidade é ainda mais agravada por desafios significativos na aquisição de terras, onde as agricultoras enfrentam consistentemente obstáculos mais formidáveis do que seus colegas homens (Ahmed & Fasilat, 2020). Isso é especialmente verdadeiro em contextos onde as leis consuetudinárias ou normas culturais restringem a propriedade de terras ou os direitos de herança das mulheres.

Essa exclusão limita significativamente a eficácia dos esforços de conservação e das iniciativas de desenvolvimento, ressaltando a necessidade de integrar perspectivas de gênero às políticas e práticas ambientais para alcançar resultados verdadeiramente sustentáveis (Thomas-Slayter & Sodikoff, 2001). Seu profundo conhecimento dos ecossistemas locais, muitas vezes advindo de gerações de práticas agrícolas e gestão de recursos, as posiciona como inovadoras-chave no desenvolvimento de soluções sustentáveis para desafios ambientais (Olayta & Dy, 2021). Esse conhecimento ecológico tradicional, frequentemente negligenciado, quando combinado com abordagens científicas contemporâneas, tem imenso potencial para promover resiliência e sustentabilidade em comunidades rurais (Upadhyay, 2005). Apesar disso, as mulheres rurais têm sido amplamente excluídas das abordagens contemporâneas de gestão de recursos naturais, que são frequentemente dominadas por agências governamentais, limitando assim o potencial para estratégias de conservação mais inclusivas e eficazes (Torre-Castro, 2019). Essa exclusão pode ser atribuída à sub-representação histórica de mulheres em cargos de liderança nessas agências, apesar de seu envolvimento significativo como gestoras de recursos naturais e de suas contribuições vitais para a produção global de alimentos (Shinbrot et al., 2019) (Torre-Castro, 2019). Essa supervisão não apenas marginaliza um grupo demográfico crítico, como também priva a governança ambiental de insights valiosos e expertise

prática essenciais para uma gestão eficaz e equitativa dos recursos (Chukwu, 2014). Consequentemente, há uma necessidade urgente de integrar as perspectivas e o conhecimento das mulheres em todos os níveis da gestão dos recursos naturais para garantir resultados mais holísticos e sustentáveis (Davidson, 2001). Tal integração reconheceria seus papéis significativos nas cadeias alimentares agrícolas e as capacitaria a influenciar práticas de conservação e sustentabilidade, especialmente se munidas de conhecimento em gestão de recursos naturais (Francis & Ibim, 2011). Além disso, abordar a questão do acesso e controle dos recursos pelas mulheres é fundamental, visto que esse aspecto é frequentemente negligenciado tanto na literatura acadêmica quanto nas discussões políticas, apesar de seu impacto direto em sua capacidade de se engajar na gestão sustentável de recursos (Egenhofer et al., 1994). Essa negligência agrava ainda mais as desigualdades existentes e dificulta a plena realização do potencial das mulheres como agentes de mudança no desenvolvimento rural e na gestão ambiental (Glazebrook & Opoku, 2020). Isso frequentemente resulta em mulheres sendo sistematicamente desfavorecidas em termos de acesso a recursos, poder de decisão e relações gerais de poder, apesar de seu papel crítico na gestão de recursos naturais (Molden et al., 2014). Essa marginalização sistêmica ressalta a importância crucial de uma abordagem sensível à perspectiva de gênero para o desenvolvimento rural, que busque ativamente dismantlar essas barreiras e promover o acesso equitativo aos recursos e às plataformas de tomada de decisão para as mulheres. Isso é especialmente pertinente dado que as mulheres contribuem significativamente para a produção agrícola, muitas vezes representando uma parcela substancial da força de trabalho neste setor (Ashagidigbi et al., 2022).

Reconhecer seu papel fundamental exige um esforço conjunto para incluir as mulheres nos processos de governança e tomada de decisão, visto que sua exclusão historicamente dificultou a gestão eficaz dos recursos (Torre et al., 2019). Isso frequentemente se estende ao seu envolvimento limitado em organizações formais de agricultores, o que pode, inadvertidamente, reforçar as disparidades de gênero existentes em iniciativas de desenvolvimento agrícola (Centrone et al., 2017). A integração das mulheres no planejamento estratégico e no desenvolvimento de capacidades é crucial para alcançar maior igualdade de gênero, particularmente em setores como a pesca, onde desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na produção (Harper et al., 2012). Isso destaca a necessidade de políticas e programas que abordem as barreiras sistêmicas que impedem o acesso equitativo das mulheres aos recursos e seu controle sobre eles, aumentando, assim, sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável (Manoa, 2017). Isso é crucial não apenas para o empoderamento das mulheres, mas também para otimizar a eficácia das intervenções de desenvolvimento, alavancando seus conhecimentos e perspectivas singulares (Ramoroka, 2014). Isso ressalta a necessidade de ir além de políticas neutras em termos de gênero, rumo a uma estrutura sensível à questão de gênero que reconheça e aborde diretamente essas disparidades (Kyumyc & Kovalchuk, 2020). Tais estruturas devem considerar como as relações de gênero influenciam os meios de subsistência das famílias rurais e sua capacidade de adotar práticas sustentáveis, reconhecendo que negligenciar essas

dinâmicas pode levar a perdas ambientais e sociais significativas (Parks et al., 2014).

Para concluir, esta revisão de literatura evidencia que a marginalização das mulheres rurais é sustentada por uma teia complexa de fatores estruturais, simbólicos e institucionais, que operam simultaneamente nos âmbitos econômico, social e ambiental. Ainda que sua atuação seja fundamental para a produção agrícola, a segurança alimentar e a sustentabilidade dos ecossistemas locais, sua contribuição continua sistematicamente invisibilizada e desvalorizada. O reconhecimento do papel das mulheres na governança dos recursos naturais e nos sistemas produtivos exige políticas interseccionais e sensíveis ao gênero, que vão além do acesso formal e promovam transformações reais nas relações de poder e nas estruturas de tomada de decisão. Portanto, a superação das desigualdades de gênero no campo não é apenas uma questão de justiça social, mas uma condição imprescindível para o desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e resiliente.

3 MÉTODO

Com a finalidade de cumprir o objetivo deste estudo, foi aplicada a metodologia da *Grounded Theory* (teoria fundamentada nos dados) (Charmaz, 2009). Portanto, realizaremos um estudo de natureza qualitativa a partir de entrevistas semiestruturadas. A seguir, apresentamos os preceitos que caracterizam uma teoria fundamentada nos dados, os critérios para a obtenção da amostra inicial, a abordagem para a coleta de dados e as etapas de análise e coletas posteriores de dados. Natureza da pesquisa são de dados primários, coletados a partir das respostas do questionário e discussões em entrevistas.

Principais variáveis do estudo estudos são a Idade, sexo, nível de educação, estado civil, acesso à extensão, acesso a crédito, filiação a agricultor e percepção da agricultura. Analisando o engajamento das mulheres no agronegócio; percepções das mulheres do setor agrícola; fatores de puxar e empurrar o envolvimento das mulheres; fatores sócio econômicos sobre a participação das mulheres no agronegócio.

A variável dependente deste estudo está relacionada a participação das mulheres no agronegócio e os principais indicadores que informam suas percepções em relação ao setor agrícola. As variáveis independentes que compõem o ambiente estão conectadas a participação das mulheres por uma percepção de gênero no agronegócio.

Técnicas apropriadas de análise de dados da pesquisa, conforme os dados gerados, serão por modelagem de equações estruturais. Para responder aos objetivos propostos pelo artigo, inicialmente se considerasse o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários com o modelo, que prevê estimar o efeito do ambiente.

Tabela 1: Protocolo de Entrevista

Protocolo de Entrevista	
1.	Qual o seu nome ?

2.	Quantos anos você tem ?
3.	Onde você mora(Cidade – Estado) ?
4.	Como você se identifica em termos de gênero – qual é a sua identidade de gênero ?
5.	Qual é a sua raça ?
6.	Qual o seu estado civil ?
7.	Você tem filhos? Se sim. Quantos ?
8.	Qual a sua escolaridade – nível educacional ?
9.	Como foi sua inserção no agro ?
10.	O que motivou você a assumir a gestão da propriedade rural da sua família?
11.	Como foi o processo de transição ou sucessão da gestão dentro da sua família?
12.	Você encontrou alguma barreira?
13.	Se sim. Quais principais que você encontrou?
14.	Gostaria de relatar algo mais ?

Fonte: Elaborados pelos autores

O protocolo de entrevista utilizado nesta pesquisa foi elaborado com o objetivo de compreender as trajetórias, motivações e desafios enfrentados por mulheres que atuam em propriedades rurais, com atenção especial às questões de gênero. O roteiro foi estruturado em duas partes: a primeira, com perguntas de identificação, buscou traçar o perfil das participantes por meio de informações como nome, idade, local de residência, identidade de gênero, raça, estado civil, número de filhos e nível de escolaridade. A segunda parte abordou aspectos qualitativos da experiência das entrevistadas, com perguntas voltadas à inserção no agronegócio, motivações para assumir a gestão da propriedade, barreiras enfrentadas e estratégias adotadas para superá-las. Ao final, um espaço foi reservado para que as participantes pudessem compartilhar livremente outras informações que considerassem relevantes. Esse protocolo possibilitou a coleta de dados ricos e contextualizados, fundamentais para a análise das desigualdades de gênero no setor agropecuário.

A duração das entrevistas realizadas com 21 participantes, teve duração entre 50 e 70 minutos, com destaque para a entrevista 10, que atingiu o maior tempo, próximo de 75 minutos. A menor duração foi da entrevista 1, com cerca de 30 minutos. Observa-se uma variação considerável nos tempos, indicando que as entrevistas não seguiram um padrão rígido de tempo.

4 ANÁLISE E DISCURSÕES DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta e interpreta os dados obtidos ao longo da pesquisa, buscando compreender as experiências, percepções e estratégias das participantes no contexto do agronegócio brasileiro. A partir das respostas coletadas, são explorados aspectos como os caminhos de inserção das mulheres na atividade rural, os desafios enfrentados na gestão das propriedades e os mecanismos de resistência e afirmação em um ambiente historicamente marcado por estruturas patriarcais. Esta seção visa, portanto, conectar os achados empíricos com os objetivos da pesquisa e com os referenciais teóricos previamente discutidos, oferecendo uma leitura crítica e aprofundada das narrativas e dos dados levantados, com foco na construção de sentidos e na contribuição para o debate sobre gênero no meio rural.

A análise dos dados apresentados revela que a totalidade das participantes da pesquisa (21

respondentes) se identifica com o gênero feminino e possui orientação heterossexual, representando 100% em ambas as categorias. Esse perfil homogêneo pode indicar um recorte específico da amostra, o que limita a diversidade de perspectivas quanto a gênero e sexualidade. Embora os dados sejam coerentes com o foco da pesquisa em mulheres no agronegócio, é importante reconhecer que a ausência de diversidade pode restringir a compreensão de outras experiências no campo, especialmente aquelas vividas por mulheres com orientações sexuais diversas ou por pessoas de identidades de gênero distintas. Essa constatação ressalta a necessidade de ampliar o escopo de futuras investigações para contemplar a pluralidade existente nas áreas rurais brasileiras.

A interpretação dos dados referentes à variável cor-raça demonstra uma predominância expressiva de mulheres brancas entre as participantes da pesquisa, correspondendo a aproximadamente 70% do total. Em contraste, as mulheres pardas e pretas representam, cada uma, cerca de 15% da amostra. Essa distribuição revela uma desigualdade racial significativa no perfil das respondentes, sugerindo que mulheres negras (pretas e pardas) ainda enfrentam maiores barreiras de acesso ou permanência em espaços de liderança no agronegócio. A sub-representação de mulheres negras pode ser indicativa de processos históricos de exclusão e de um recorte racial que atravessa as desigualdades de gênero no campo, reforçando a importância de análises interseccionais nas discussões sobre equidade e justiça social no meio rural.

A análise dos dados relativos ao estado civil das participantes revela que a maioria expressiva das mulheres entrevistadas é casada, representando aproximadamente 80% da amostra. As mulheres solteiras correspondem a cerca de 20%, enquanto o grupo de divorciadas é significativamente menor, com menos de 5%. Esse perfil sugere que, no contexto do agronegócio, a gestão ou a atuação feminina em propriedades rurais pode estar frequentemente associada à configuração familiar tradicional. A predominância de mulheres casadas pode indicar tanto a continuidade de atividades herdadas por meio de núcleos familiares quanto a importância das relações conjugais na legitimação social e econômica da presença feminina no campo. Ao mesmo tempo, a baixa representação de mulheres divorciadas pode refletir barreiras sociais adicionais enfrentadas por aquelas que não se enquadram em modelos familiares tradicionais.

A exploração dos dados obtidos sobre a quantidade de filhos das participantes indica que a maioria possui dois filhos, representando mais de 40% da amostra. Em seguida, cerca de 28% das mulheres têm um filho, enquanto aproximadamente 20% não possuem filhos e uma parcela menor, em torno de 10%, têm três filhos. Essa distribuição sugere que a maternidade está presente de forma significativa na trajetória das mulheres atuantes no agronegócio, mas com predominância de núcleos familiares com número reduzido de filhos. O dado também pode refletir uma tendência de conciliação entre maternidade e vida profissional no campo, além de possíveis transformações nos modelos familiares e nas decisões reprodutivas dessas mulheres, em especial diante dos desafios de administrar propriedades e lidar com as exigências do trabalho rural.

A análise da distribuição etária das participantes revela uma predominância de mulheres na faixa entre 40 e 70 anos, com concentração significativa entre os 50 e 65 anos. Os dados demonstram uma leve variação ao longo da amostra, mas indicam que a maioria das mulheres envolvidas na gestão de propriedades rurais pertence a uma geração madura, com ampla experiência de vida e, possivelmente, longa trajetória no contexto do agronegócio. Há também uma presença pontual de mulheres em faixas etárias mais jovens, o que pode sinalizar o início de uma renovação geracional no campo. Esses resultados reforçam a importância de considerar a idade como um fator relevante na análise das práticas de gestão, sucessão familiar e estratégias de resistência adotadas pelas mulheres no meio rural.

A análise dos dados por unidade federativa demonstra que a maioria das participantes da pesquisa está concentrada no estado do Maranhão (MA), que representa cerca de 34% da amostra total. Em seguida, os estados de Minas Gerais (MG) e Bahia (BA) aparecem com participações semelhantes, em torno de 19% cada. Os demais estados — Acre (AC), Santa Catarina (SC), Mato Grosso (MT), São Paulo (SP) e Goiás (GO) — possuem representações mais modestas, variando entre 5% e 9%. Essa distribuição indica uma forte presença de mulheres do Nordeste e Sudeste no estudo, o que pode estar relacionado à maior visibilidade, organização ou apoio institucional para a atuação feminina no agronegócio nesses estados. Ao mesmo tempo, os dados sugerem a necessidade de ampliar o alcance geográfico de pesquisas futuras, de modo a incluir realidades mais diversas e oferecer uma visão mais abrangente da participação feminina no campo brasileiro.

A análise dos dados sobre os tipos de empresa em que as participantes atuam revela um predomínio marcante da atuação em empreendimentos familiares, que representam cerca de 78% da amostra. Em contraste, as atuações em empresas próprias, privadas ou públicas aparecem de forma bastante reduzida, cada uma com participação inferior a 10%. Esse cenário reforça a centralidade da agricultura familiar no perfil das mulheres entrevistadas, indicando que suas trajetórias estão fortemente vinculadas a contextos de sucessão ou continuidade de negócios rurais herdados. A baixa presença em empresas privadas ou públicas pode refletir tanto a vocação do público investigado quanto barreiras estruturais para a inserção feminina em setores mais institucionalizados ou corporativos do agronegócio. Esses dados reiteram a importância de políticas de apoio à mulher no meio rural, especialmente no fortalecimento da gestão e autonomia dentro das empresas familiares.

A análise dos dados referentes à formação educacional das participantes revela um perfil altamente qualificado. A maior parte possui graduação (cerca de 33%), seguida por especialização e mestrado, ambos com aproximadamente 18%, o que demonstra um investimento contínuo em formação acadêmica. O ensino técnico também aparece de forma significativa, representando cerca de 14% das entrevistadas. Em contrapartida, há uma baixa incidência de mulheres com apenas ensino fundamental ou médio, bem como doutorado, cada um com menos de 10% de representatividade. Esses dados indicam que a maioria das

mulheres atuantes no agronegócio pesquisado possui escolaridade elevada, o que pode estar relacionado ao aumento da profissionalização da gestão rural e ao fortalecimento do protagonismo feminino no setor. Tal perfil evidencia a relevância do acesso à educação como fator estratégico para a autonomia, qualificação e inserção das mulheres em posições de liderança no campo.

A inserção de mulheres em espaços tradicionalmente masculinizados, como o setor rural, ocorre em meio a múltiplas camadas de resistência cultural, simbólica e estrutural. Antes mesmo de afirmarem sua liderança, muitas dessas mulheres enfrentam obstáculos que vão desde a negação de sua autoridade até formas sutis de invisibilização. Compreender essas barreiras iniciais é essencial para contextualizar as estratégias de resistência e reposicionamento identitário que emergem ao longo de suas trajetórias. A seguir, são apresentados relatos que ilustram os mecanismos de exclusão e desigualdade que atravessam suas experiências e delimitam as fronteiras de gênero no campo.

4.1 BARREIRAS DE ENTRADA E CONTEXTOS DE DESIGUALDADE NO SETOR RURAL

As falas das entrevistadas revelam um campo social permeado por barreiras simbólicas e estruturais que moldam a experiência de mulheres no setor rural, tanto no acesso quanto na permanência em espaços de liderança e gestão. Essas barreiras, por vezes sutis, operam por meio de códigos culturais que atribuem às mulheres um lugar social secundário e contestam sua legitimidade no comando de propriedades ou na condução de negócios agropecuários. Conforme Joan Acker (1990) teorizou, organizações e estruturas produtivas são generificadas, ou seja, produzem e reproduzem desigualdades de gênero ao naturalizar padrões masculinos como modelo normativo de competência e autoridade.

A percepção de inferioridade técnica, aliada à negação do reconhecimento social, é ilustrada na fala: *“Na compra do trator, nem me mostravam os produtos, achavam que eu não entendia.”* Tal episódio expõe o que Pierre Bourdieu (1999) denominou **violência simbólica**, isto é, formas de dominação que operam de modo invisível e silencioso, mantendo as mulheres à margem da credibilidade técnica no espaço rural. A desconfiança generalizada, sobretudo no início da trajetória, é sintetizada pela entrevistada ao afirmar: *“No começo eu fiquei meio insegura, então as pessoas às vezes nem queriam conversar muito comigo, preferiam esperar meu esposo chegar, e hoje não.”* Nessa fala, nota-se a articulação entre a insegurança subjetiva e o descrédito coletivo, onde a ausência do homem reforça o apagamento simbólico da figura feminina como interlocutora legítima.

Essas barreiras também se manifestam de forma explícita e relacional, como evidenciado na afirmação: *“Comprador já desceu do curral dizendo que não negociaria comigo [...] depois de conversar com meu marido, me ligou e voltou a negociar.”* Essa postura traduz o funcionamento das **hierarquias de gênero simbólicas** descritas por Joan Scott (1995), nas quais o poder é estruturado a partir de binarismos culturais que associam o masculino à racionalidade e à liderança, e o feminino à emotividade e à

incapacidade decisória. A própria presença da mulher em espaços tradicionalmente masculinizados, como o curral ou as negociações comerciais, é constantemente desafiada, o que exige um esforço redobrado para validação de sua autoridade.

O preconceito de gênero também interdita o acesso a oportunidades institucionais, conforme atesta a fala: “*Foi nítido que não consegui a vaga porque era mulher.*” Esse tipo de exclusão se insere no que Sardenberg (2009) conceitua como **injustiças de reconhecimento**, nas quais atributos como o sexo, a raça ou a origem territorial são utilizados como marcadores para desqualificação simbólica, independentemente da competência ou da formação da mulher.

O mesmo se aplica às tensões familiares, como aponta a entrevistada: “*A parte mais difícil foi a não aceitação do meu pai.*” Aqui, o campo das disputas de gênero extrapola o espaço público e se inscreve no ambiente doméstico, reproduzindo relações patriarcais internalizadas que desautorizam a mulher mesmo no interior da família e da sucessão patrimonial.

Além disso, a resistência de subordinados à autoridade feminina é uma expressão clara da rejeição à liderança exercida por mulheres. A decisão de demitir um funcionário que não aceitava ordens, como relatado em “*tive que mandar vaqueiro embora por não aceitar ordens minhas*”, revela um embate direto com os limites impostos à atuação feminina em cargos de comando. Tais eventos não apenas reiteram o machismo estrutural no meio rural, mas também configuram o pano de fundo contra o qual as estratégias de resistência e reposicionamento identitário serão acionadas. Como observa Butler (1990), a identidade de gênero é performativa e continuamente negociada: nesse cenário, o enfrentamento cotidiano se transforma em tática de sobrevivência e em forma de reconstrução simbólica do lugar da mulher no campo.

Por fim, os relatos de “*assédio no campo e sensação de vulnerabilidade por ser mulher e morar na fazenda*” evocam os riscos físicos e emocionais que muitas mulheres enfrentam em função da sua condição de gênero. A vulnerabilidade, aqui, não se limita à dimensão simbólica, mas atravessa o corpo e a experiência cotidiana, evidenciando o quanto o espaço rural ainda pode se constituir como um território hostil à autonomia feminina. Essas experiências confirmam a necessidade de repensar as estruturas de poder e as práticas sociais no campo, reconhecendo que as barreiras de entrada enfrentadas por mulheres não são apenas técnicas ou legais, mas profundamente culturais, afetivas e estruturais.

4.2 DO SILENCIAMENTO À AUTONOMIA: ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA E REPOSICIONAMENTO IDENTITÁRIO NO CAMPO

As trajetórias femininas no setor rural revelam um conjunto sofisticado de estratégias de resistência e reposicionamento identitário, mobilizadas por mulheres que enfrentam contextos de exclusão simbólica e estrutural. Tais estratégias não se restringem à contestação explícita, mas se manifestam de forma cotidiana, nos gestos de afirmação, nos deslocamentos identitários e na criação de redes de suporte, configurando um

campo de ação política sutil, porém profundamente transformador (Scott, 1995; Hollander & Einwohner, 2004).

4.3 AFIRMAÇÃO DE COMPETÊNCIA E AUTORIDADE PROFISSIONAL

Uma das estratégias mais recorrentes consiste na afirmação da competência como instrumento de legitimação da autoridade em espaços tradicionalmente masculinizados. A fala “*as coisas melhoraram depois que deixei de vitimismo e comecei a me posicionar*” explicita uma mudança de postura que transcende o plano individual e remete à reconfiguração das normas de gênero no espaço rural. Ao declarar “*mostrei que entendia do assunto para ser respeitada*”, a entrevistada ativa o que Joan Acker (1990) conceitua como luta por legitimidade em estruturas organizacionais marcadas por padrões masculinos de racionalidade e comando. O reposicionamento também se materializa na ocupação do espaço negocial, antes delegado ao marido: “*na hora de negociar, passava para o meu esposo... depois assumi também as negociações*”, o que sugere uma apropriação progressiva de espaços de decisão.

4.4 PERSISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO DO MACHISMO

A resistência não rara se apresenta em forma de enfrentamento direto ao machismo institucionalizado, como no episódio narrado: “*comprador já desceu do curral dizendo que não negociaria comigo [...] depois me ligou e voltou a negociar*”. A persistência feminina em manter-se em posição de liderança, mesmo frente à rejeição explícita, configura uma forma de resistência performativa, conforme teorizado por Judith Butler (1990), ao subverter expectativas normativas de gênero com base na repetição e resignificação de atos.

4.5 REDES DE APOIO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

A criação de redes de apoio emerge como outra tática relevante: “*comecei a buscar parcerias, comecei a fazer os vizinhos*” e “*rede de apoio com outras mulheres*”. Tais alianças, horizontais e interdependentes, oferecem sustentação simbólica e operacional às estratégias de permanência, revelando que a ação coletiva, mesmo informal, opera como contraestrutura aos mecanismos de exclusão.

4.6 REPOSICIONAMENTO IDENTITÁRIO E PERFORMANCE ESTRATÉGICA

As narrativas também apontam para a mobilização de estratégias identitárias contextualmente adaptativas. Muitas entrevistadas relatam alternar entre posturas tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres, como mostra a fala: “*a gente, por ser mulher, tem que esturrar um pouco mais alto do que o homem*”. Essa transição estratégica remete à noção de *reposicionamento identitário* desenvolvida por Petriglieri (2011), segundo a qual sujeitos socialmente minoritários ajustam suas performances públicas

para evitar deslegitimação simbólica. A escolha consciente de deixar “*o lado meiguinho*” para adotar uma postura mais firme, ou a decisão de “*usar a linguagem do meio para conquistar respeito*”, evidenciam a articulação entre identidade e sobrevivência em contextos hostis.

4.7 RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL FEMININO NO AGRO

Ao reivindicar títulos como “*ser chamada de ‘Dona’ é sinal de respeito*” ou ao afirmar que “*com o tempo, as pessoas entenderam que educação não é sinônimo de ignorância sobre o negócio*”, as mulheres entrevistadas reconfiguram o símbolo da feminilidade no campo, atribuindo-lhe valores de competência, gestão e liderança. Isso revela um movimento de ressignificação que subverte o lugar socialmente reservado às mulheres, historicamente restrito ao espaço privado ou às atividades de cuidado e o reinventa dentro da lógica produtiva e institucional do agronegócio.

4.8 RESILIÊNCIA E RECONFIGURAÇÃO DO PAPEL SOCIAL

A resiliência também é articulada à autovalidação: “*fui me fortalecendo, porque eu sabia fazer*” e “*sempre tive que me preparar mais para validar minha presença*”. Tais expressões reafirmam a importância da *agência subjetiva* diante de estruturas opressoras. A afirmação “*se eu não ocupar meu lugar, alguém vai ocupar*” sintetiza o imperativo de agir, sob risco de apagamento, e se aproxima da ideia weberiana de liderança como responsabilidade incorporada em contextos que a exigem (Weber, 2004).

4.9 ESTILO DE LIDERANÇA COMO REPOSICIONAMENTO IDENTITÁRIO

A alternância entre sensibilidade e firmeza, como em “*aprendi a ser firme sem deixar de ser sensível*”, reforça a ideia de que a liderança feminina no setor rural não se reduz a uma adaptação ao estilo masculino dominante, mas sim a uma construção identitária própria, relacional e situada. Ao afirmar que “*muitas vezes não me via como líder, mas descobri que era*”, a entrevistada traduz em palavras o processo descrito por Butler (1990) como performativo em que a identidade se constitui a partir da prática reiterada.

As vozes das entrevistadas evidenciam que, mais do que resistir passivamente, as mulheres rurais atuam como agentes de transformação. Elas constroem estratégias que combinam enfrentamento, reposicionamento e ressignificação de papéis, sustentando suas presenças em espaços tradicionalmente excludentes. Essas práticas desafiam a naturalização das desigualdades de gênero e ampliam os horizontes de liderança e legitimidade feminina no setor rural, transformando, assim, as dinâmicas simbólicas e institucionais que historicamente moldaram o campo como território masculino.

O conjunto analítico apresentado sob o título *Do Silenciamento à Autonomia* responde de maneira direta e substancial ao problema de pesquisa — quais estratégias de resistência e reposicionamento identitário são adotadas por mulheres para garantir sua permanência e liderança no setor rural — ao revelar

um repertório complexo de ações e reposicionamentos identitários que desafiam as estruturas excludentes do agronegócio. Ao articular práticas de afirmação de autoridade, enfrentamento cotidiano do machismo, construção de redes de apoio e ressignificação simbólica do papel feminino, o texto também cumpre o objetivo geral da pesquisa ao investigar essas estratégias à luz dos contextos de exclusão, desigualdade e estigmatização de gênero. As falas das entrevistadas, integradas à análise teórica de autoras como Joan Scott (1995), Judith Butler (1990), Joan Acker (1990) e Petriglieri (2011), demonstram que tais estratégias não se limitam à adaptação a estruturas hostis, mas operam como formas de reconfiguração ativa da identidade, da liderança e das relações de poder no campo. Com isso, o estudo evidencia a capacidade dessas mulheres de se manterem nos espaços rurais não apenas como sobreviventes, mas como protagonistas de processos de transformação simbólica e institucional.

4.10 CAMINHOS TRAÇADOS POR ELAS: ESTRATÉGIAS FEMININAS PARA A EQUIDADE NO CAMPO

A trajetória das mulheres no setor rural revela a articulação de um repertório plural e sofisticado de estratégias de resistência e reposicionamento identitário. Frente a um ambiente historicamente masculinizado, marcado por hierarquias simbólicas e barreiras estruturais (Acker, 1990; Scott, 1995), as entrevistadas constroem formas próprias de se afirmar, legitimar e liderar. Esse movimento, profundamente enraizado na vida cotidiana, desestabiliza normatividades de gênero por meio de práticas performativas (Butler, 1990) e interações estratégicas (Goffman, 1967).

Entre essas estratégias, destaca-se o **posicionamento firme e a comunicação assertiva**, evidenciado em falas como: “As coisas melhoraram depois que deixei de vitimismo e comecei a me posicionar.” e “Quem não se posiciona é posicionado.” Tais expressões evidenciam um deslocamento do papel passivo tradicionalmente atribuído à mulher para uma postura ativa e deliberada de enfrentamento, operando conforme a lógica da “gestão da impressão” (Goffman, 1967) e da resistência performativa (Butler, 1990).

Outro eixo estratégico recorrente é a **demonstração de competência técnica e prática**, que aparece em falas como: “Passei a mostrar conhecimento técnico, a estudar mais, e fui ganhando respeito.” e “Fui pra Bahia, era a única mulher no campo entre 150 homens [...] Consegui me impor, mostrar que entendia do assunto.” Essas declarações ilustram a centralidade do conhecimento e da racionalidade como critérios de legitimidade nos espaços rurais — uma constatação alinhada ao argumento de Acker (1990) sobre a masculinização das competências valorizadas em ambientes organizacionais.

A **reconfiguração simbólica da imagem feminina** também se apresenta como uma resposta adaptativa aos riscos simbólicos enfrentados no cotidiano: “A roupa, a gente toma o maior cuidado. Sempre vai ter um ou outro com uma olhadinha a mais.” e “Até com o que vai comer na lavoura... para não gerar nenhum pensamento a mais.” Tais estratégias apontam para o que Petriglieri (2011) denomina de

“camuflagem identitária” — uma forma de gerenciamento do self que busca minimizar a exposição a estigmas e vulnerabilidades.

A **participação ativa na rotina da fazenda e na gestão dos negócios** emerge como forma concreta de resistência e consolidação da autoridade. Exemplos como: “Hoje todo mundo já tem a figura de Dona Tati, já sabe quem eu sou e o que resolvo.” e “Transformei a fazenda em uma empresa. Assumi a parte administrativa.” refletem um protagonismo enraizado na prática, próximo à noção de agência situada proposta por Emirbayer e Mische (1998).

A **reivindicação de reconhecimento simbólico**, por sua vez, articula passado, trajetória e identidade de gênero. Ao dizer “Gosto de ser chamada de Dona Tatiana.” ou “Me apresento, conto um pouco da minha história [...] para mostrar que tenho tempo de experiência.”, as entrevistadas exercem o que Butler (1997) compreende como poder performativo — a capacidade de nomear-se e reposicionar-se socialmente por meio da linguagem.

Por fim, a **criação de redes de apoio e alianças estratégicas** se revela como um importante recurso coletivo e relacional: “Rede de apoio com outras mulheres.” e “Busco apoio de quem acredita na minha capacidade.” A construção dessas redes pode ser entendida como um tipo de capital social de resistência (Hollander & Einwohner, 2004), fundamental para sustentar trajetórias em contextos adversos.

Assim, as falas analisadas demonstram que as estratégias femininas no setor rural vão além da adaptação passiva às estruturas existentes. Elas constituem ações deliberadas, criativas e relacionais que desafiam normas, reconfiguram espaços e ampliam possibilidades de equidade e inovação no campo.

Como conclusão da seção *Caminhos traçados por elas*, é possível afirmar que as estratégias femininas identificadas neste estudo não apenas desafiam os mecanismos de exclusão historicamente naturalizados no espaço rural, como também produzem novas formas de presença, autoridade e liderança feminina. Ao se posicionarem com firmeza, demonstrarem competência, adaptarem sua imagem, assumirem a gestão, reivindicarem reconhecimento simbólico e construírem redes de apoio, essas mulheres articulam práticas de resistência que ressignificam o papel de gênero no campo. Tais ações configuram movimentos de agência que, embora situados em contextos adversos, operam transformações nas dinâmicas simbólicas e estruturais de poder, conforme discutido por Acker (1990), Butler (1990; 1997), Goffman (1963) e Petriglieri (2011). Esses caminhos não apenas garantem a permanência das mulheres no setor rural, mas também abrem possibilidades para a construção de modelos mais inclusivos e inovadores de liderança e gestão.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as estratégias de resistência e reposicionamento identitário adotadas por mulheres para garantir sua permanência e legitimação da liderança no setor rural,

considerando os contextos de exclusão, desigualdade e estigmatização de gênero. Os resultados indicam que, apesar das barreiras estruturais e simbólicas enfrentadas, as mulheres desenvolvem um conjunto diversificado de práticas cotidianas — como o posicionamento assertivo, a camuflagem identitária, a ressignificação do feminino e a construção de redes de apoio — que lhes permite não apenas resistir, mas também reconfigurar as dinâmicas de poder no campo.

As falas das entrevistadas evidenciam que tais estratégias são moldadas por contextos marcadamente masculinizados, nos quais atributos femininos são frequentemente desvalorizados ou invisibilizados. No entanto, ao performar novas formas de autoridade e liderança, essas mulheres desafiam as normas de gênero dominantes, conforme argumentam Butler (1990), Acker (1990) e Goffman (1963). A atuação delas também aponta para a emergência de estilos próprios de liderança feminina, orientados pela afetividade, horizontalidade e inovação, o que amplia a discussão sobre inclusão e transformação social no meio rural.

Do ponto de vista teórico, os achados contribuem para reforçar a importância de compreender a resistência não apenas como reação, mas como ação performativa e estratégica, alinhada às análises de Petriglieri (2011) sobre identidades protegidas e à perspectiva de Scott (1995) sobre a centralidade da linguagem e do discurso nas disputas por reconhecimento. Do ponto de vista prático, a pesquisa revela caminhos concretos para o fortalecimento da liderança feminina no agronegócio, sobretudo por meio da valorização de suas experiências, do incentivo a redes colaborativas e da formulação de políticas públicas que reconheçam e enfrentem as desigualdades de gênero no campo.

Em suma, os caminhos traçados por essas mulheres mostram que a equidade no setor rural é possível, desde que haja o reconhecimento de suas estratégias, a ampliação de seus espaços de atuação e o enfrentamento das estruturas que ainda sustentam o “teto de vidro” nas dinâmicas do agronegócio brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANKRAH, D. A.; FREEMAN, C. Y.; AFFUL, A. Gendered access to productive resources – evidence from small holder farmers in Awutu Senya West District of Ghana. *Scientific African*, v. 10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sciaf.2020.e00604>.

BEUCHELT, T. Gender, social equity and innovations in smallholder farming systems: pitfalls and pathways. In: SPRINGER eBOOKS. [S.l.]: Springer Nature, 2016. p. 181. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-25718-1_11.

CROPPENSTEDT, A.; GOLDSTEIN, M.; ROSAS, N. Gender and agriculture: inefficiencies, segregation, and low productivity traps. *The World Bank Research Observer*, v. 28, n. 1, p. 79, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/wbro/lks024>.

DREBY, J.; JUNG, G.; SULLIVAN, R. At the nexus of work and family: family farms in upstate New York. *Journal of Rural Studies*, v. 49, p. 151, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.12.001>.

GUPTA, S.; VEMIREDDY, V.; PINGALI, P. Nutritional outcomes of empowerment and market integration for women in rural India. *Food Security*, v. 11, n. 6, p. 1243, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12571-019-00978-z>.

IFEANYI-OBI, C. C.; HENRI-UKOHA, A. Strengthening climate change adaptive capacity of rural women crop farmers through reduced social exclusion in Nigeria. *European Journal of Agriculture and Food Sciences*, v. 4, n. 1, p. 54, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24018/ejfood.2022.4.1.436>.

MISHRA, S.; DUBEY, R.; ARYA, P.; TI, D. Study of the farm activities done by rural women and impact of drudgery on women and children. *International Journal of Current Microbiology and Applied Sciences*, v. 9, n. 10, p. 1289, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20546/ijcmas.2020.910.155>.

PADMAJA, R.; PRAMANIK, S.; PINGALI, P.; BANTILAN, C.; KAVITHA, K. Understanding nutritional outcomes through gendered analysis of time-use patterns in semi-arid India. *Global Food Security*, v. 23, p. 49, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2019.04.001>.

PARKS, M. H.; CHRISTIE, M. E.; BAGARES, I. Gender and conservation agriculture: constraints and opportunities in the Philippines. *GeoJournal*, v. 80, n. 1, p. 61, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10708-014-9523-4>.

RANEY, T.; ANRÍQUEZ, G.; CROPPENSTEDT, A.; GEROSA, S.; LOWDER, S. K.; MATUSCHKE, I.; SKOET, J. The role of women in agriculture. *RePEc: Research Papers in Economics*, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22004/ag.econ.289018>.

SETHI, R. M. Women in agriculture. 1992. Disponível em: <https://www.cabdirect.org/abstracts/19941802129.html>.

SINHA, D. C.; S. Improving food security through sustainable agricultural practices and strengthening local biodiversity management - a case study of indigenous practices from India. *Zenodo (CERN European Organization for Nuclear Research)*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3935730>.

WEKESAH, F.; MUTUA, E.; IZUGBARA, C. Gender and conservation agriculture in sub-Saharan Africa: a systematic review. *International Journal of Agricultural Sustainability*, v. 17, n. 1, p. 78, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14735903.2019.1567245>.

KYIIMYC, H.; KOVALCHUK, O. Gender challenges for rural development policy. *Rural Development* 2019, v. 1, p. 419, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15544/rd.2019.030>.